

SCOTIABANK BRASIL S.A.
CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	4
Balancos Patrimoniais	7
Demonstração dos Resultados	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

A Corretora encerrou o primeiro semestre de 2022 com um lucro líquido de R\$ 2.124 (R\$ 350 em 2021), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 6,94% (1,16% em 2021).

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

A autorização de funcionamento da Corretora foi publicada em 11 de fevereiro de 2021 no Diário Oficial da União, pelo Banco Central do Brasil. A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais estrangeiros e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva.

A pandemia não afetou capacidade operacional da Corretora e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários. A Corretora continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

AGRADECIMENTOS

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

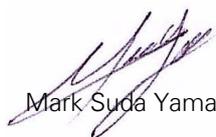
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP027685/O-0



Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP – 1SP271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Balancos Patrimoniais em
30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	Jun/2022	Dez/2021
Disponibilidades	4	681	198
Instrumentos financeiros		63.892	64.557
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	4.701
Títulos e valores mobiliários	5	63.892	59.856
Outros ativos	7	199.933	84.368
Negociação e intermediação de valores		198.929	84.129
Diversos		1.004	239
Créditos tributários	10b/c	874	109
Imobilizado de uso		190	217
Imóveis de uso		8	8
Outras imobilizações de uso		220	224
Depreciações acumuladas		(38)	(15)
Intangível		671	753
Ativos intangíveis		807	807
Amortizações acumuladas		(136)	(54)
TOTAL DO ATIVO		266.241	150.202
Passivo			
Outros passivos	8	203.960	89.976
Negociação e intermediação de valores		198.811	87.794
Diversos		5.149	2.182
Patrimônio líquido	9	62.281	60.226
Capital social		60.000	60.000
Reservas de lucros		336	230
Outros resultados abrangentes		(73)	(4)
Lucros acumulados		2.018	-
TOTAL DO PASSIVO		266.241	150.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração dos Resultados
Semestre findo em 30 de junho de 2022 e
Período de 11 de fevereiro a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Receitas da intermediação financeira		3.424	665
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.424	665
Despesas da intermediação financeira		(9)	-
Operações de captação no mercado		(9)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		3.415	665
Outras receitas/(despesas) operacionais		111	(102)
Receitas de prestação de serviços	16a	8.543	-
Despesas de pessoal	16b	(5.612)	-
Outras despesas administrativas	16c	(1.888)	(71)
Despesas tributárias		(983)	(31)
Outras receitas operacionais		82	-
Outras despesas operacionais		(31)	-
Resultado operacional		3.526	563
Resultado não operacional		(4)	-
Resultado antes da tributação e participação nos lucros		3.522	563
Imposto de renda e contribuição social	10a	(1.398)	(213)
Provisão para imposto de renda		(1.317)	(132)
Provisão para contribuição social		(800)	(86)
Ativo fiscal diferido		719	5
Lucro líquido do semestre/período		2.124	350
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		35,40	5,83

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração dos Resultados Abrangentes
Semestre findo em 30 de junho de 2022 e
Período de 11 de fevereiro a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	<u>Jun/2022</u>	<u>Jun/2021</u>
Lucro líquido do semestre/período		<u>2.124</u>	<u>350</u>
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Variação no valor mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		<u>(69)</u>	<u>(127)</u>
Títulos e valores mobiliários		(115)	(231)
Efeito fiscal	10b	46	104
Resultado abrangente do semestre/período		<u>2.055</u>	<u>223</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Estatutárias			
Saldos no início do período		-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	9	60.000	-	-	-	-	60.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	350	350
Constituição de reserva legal		-	18	-	-	(18)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(127)	-	(127)
Saldos em 30 de junho de 2021		60.000	18	-	(127)	332	60.223
Saldos em 31 de dezembro de 2021		60.000	11	219	(4)	-	60.226
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	2.124	2.124
Constituição de reserva legal		-	106	-	-	(106)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(69)	-	(69)
Saldos em 30 de junho de 2022		60.000	117	219	(73)	2.018	62.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestre findo em 30 de junho de 2022 e
Período de 11 de fevereiro a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	Jun/2022	Jun/2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/período		2.124	350
Ajustes ao lucro líquido		(610)	(5)
Impostos diferidos		(719)	(5)
Depreciação e amortização		105	-
Perda na baixa de imobilizado		4	-
Varição de ativos e obrigações		(5.732)	(60.288)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(4.151)	(60.547)
(Aumento) em outros ativos		(115.565)	(92)
Aumento em outros passivos		113.984	351
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(4.218)	(59.943)
Atividades de financiamento			
Integralização de capital social		-	60.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		-	60.000
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(4.218)	57
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/período	4	4.899	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	681	57
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(4.218)	57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, através da intermediação as operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país, oferecendo a eles uma estrutura integral e “end to end” (“de ponta a ponta”) em linha com as legislações vigentes.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”).

A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e recebeu a última concessão da CVM em 26 de julho de 2021. As atividades operacionais foram iniciadas em 1º de novembro de 2021.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 18 de agosto de 2022.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

b) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

d) Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria de: “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.

e) Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei 7.689.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Os Créditos Tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos.

h) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

i) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 14).

j) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

k) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

l) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

m) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2022 e 2021 os resultados da Corretora são integralmente recorrentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Disponibilidades em moeda nacional	681	198
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada – Ligadas	-	4.701
Total	<u>681</u>	<u>4.899</u>

5. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Títulos disponíveis para venda

	<u>Jun/2022</u>				<u>Dez/2021</u>	
	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>Valor de mercado/contábil</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado/contábil</u>	<u>Custo atualizado</u>
Carteira própria						
LTN	-	57.795	57.795	57.916	54.215	54.222
Vinculados a prestação de garantias ⁽ⁱ⁾						
Cotas de fundo de investimento	6.097	-	6.097	6.097	5.641	5.641
Total	<u>6.097</u>	<u>57.795</u>	<u>63.892</u>	<u>64.013</u>	<u>59.856</u>	<u>59.863</u>

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo.

A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto

integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas,

processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

- **Risco de Mercado**

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

7. Outros ativos

	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores ⁽ⁱ⁾	198.929	84.129
Impostos e contribuições a compensar	697	239
Outros valores e bens	307	-
Total	<u>199.933</u>	<u>84.368</u>

(i) Compostos por Caixas de registro de liquidação R\$ 143.062 e Devedores – conta de liquidação pendente R\$ 55.867, dentro do prazo regulamentar.

8. Outros passivos

	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Passivo circulante		
Negociação e intermediação de valores ⁽ⁱ⁾	198.811	87.794
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.117	478
Impostos e contribuições a recolher	224	645
Provisão para despesas de pessoal	2.265	-
Outras despesas administrativas	324	947
Outros	-	112
Total	<u>203.741</u>	<u>89.976</u>

(i) Representado por Credores – conta de liquidação pendente, dentro do prazo regulamentar.

	<u>Jun/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	219	-
Total	<u>219</u>	<u>-</u>

9. Patrimônio Líquido

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

a) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	Jun/22		Jun/21	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	3.522	3.522	563	563
Adições/(exclusões) temporárias	1.798	1.798	13	13
Outras despesas administrativas	1.798	1.798	13	13
Adições/(exclusões) permanentes	17	17	-	-
Base tributável	5.337	5.337	576	576
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(1.322)	(800)	(132)	(86)
Incentivos fiscais	5	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(1.317)	(800)	(132)	(86)
Créditos tributários	450	269	3	2
Total	(867)	(531)	(129)	(84)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

<u>Créditos tributários</u>	31/12/2021	Constituição	Realização / Reversão	Saldo em 30/06/2022
Refletido no Resultado	106	736	(17)	825
Provisões indedutíveis	106	736	(17)	825
Refletido no Patrimônio Líquido	3	49	(3)	49
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	3	49	(3)	49
Total	109	785	(20)	874

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal, Base Negativa da Contribuição Social e de diferenças temporárias

<u>Prazo de Realização</u>	<u>Diferenças Temporárias</u>	<u>Total</u>
1º Ano	787	787
2º Ano	37	37
3º Ano	50	50
Total	874	874
Valor Presente (*)	771	771

(*) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada.

11. Limites de Basileia e Limites Operacionais

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Conglomerado”), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 26,54% (12,14% em dez/2021), sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

12. Passivos contingentes

A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021.

13. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	Jun/2022	Dez/2021	Jun/2022	Jun/2021
Disponibilidades	644	97	-	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	644	97	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	4.701	49	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	4.701	49	-
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	(1)	-	(150)	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	(1)	-	(150)	-
Captações no Mercado Aberto	-	-	(9)	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	-	(9)	-

a) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2022 totalizam R\$ 710, sendo formadas por R\$ 673, que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 37 que representa remuneração baseada em ações e encargos. No semestre findo em 30 de junho de 2021, não houve despesa com a remuneração dos administradores. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

14. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em

contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 200 e a quantidade total de ações é de 2.252 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,2950 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 200. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo registrado.

15. Benefícios a empregados pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2022, é de R\$ 46. No semestre findo em 30 de junho de 2021, não houve despesa com pessoal para este plano.

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

16. Outras Informações

a) Receitas de prestação de serviços

São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, no montante de R\$ 8.543. Em 30 de junho de 2021 não havia saldo registrado.

b) Despesas de pessoal

São compostas majoritariamente por proventos R\$ 3.698, encargos sociais R\$ 1.279 e benefícios R\$ 524. Em 30 de junho de 2021 não havia saldo registrado.

c) Outras despesas administrativas

Referem-se substancialmente a despesas com processamento de dados R\$ 974 (em 30 de junho de 2021 não havia saldo registrado), serviços do sistema financeiro R\$ 449 (R\$ 13 em jun/2021) e serviços técnicos especializados R\$ 132 (R\$ 45 em jun/2021).

DIRETORIA

Antonio Pianucci
Jaques Mester

Paulo André Campos Bernardo
Rodrigo Almeida Sergio

CONTADOR

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6